

KALUNGA S.A.

CNPJ 43.283.811/0001-50
NIRE 35.300.558.120

Relatório da Administração

Em cumprimento às determinações estatutárias e legais, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras da Kalunga S.A. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 24 de março de 2022. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2021	2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.201	72.670	Fornecedores	14	793.833	711.221
Contas a receber	7	78.294	126.396	Empréstimos e financiamentos	15	229.896	244.779
Aplicações financeiras	6	3.487	-	Empréstimos com partes relacionadas	10	107.076	82.833
Estoques	8	488.014	444.462	Obrigações trabalhistas		30.420	26.437
Impostos a recuperar	9	480.219	467.058	Obrigações fiscais	16	28.515	26.142
Outros ativos		5.620	2.816	Passivo de arrendamento	12	82.264	64.181
Total do ativo circulante		1.071.835	1.113.402	Dividendos a pagar		11.957	-
				Receita diferida	17	2.039	2.111
Ativo não circulante				Outros passivos		26.903	28.478
Partes relacionadas	10	508.826	526.974	Total do passivo circulante		1.312.903	1.186.182
Depósitos judiciais	11	20.519	10.060	Passivo não circulante			
Impostos a recuperar	9	117.177	155.586	Empréstimos e financiamentos	15	458.476	583.213
Imobilizado	13	114.029	137.866	Passivo de arrendamento	12	462.722	478.650
Intangível		2.467	3.536	Provisão para desmantelamento		6.092	5.336
Direito de uso	12	488.941	502.961	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	8.634	9.780
Total do ativo não circulante		1.251.959	1.336.983	Obrigações fiscais	16	8.567	14.498
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	17.453	18.309
				Total do passivo não circulante		961.944	1.109.786
Total do ativo		2.323.794	2.450.385	Total do passivo		2.274.847	2.295.968
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19.a	8.300	8.300
				Reserva de capital		6	6
				Reserva Legal	19.c	1.660	-
				Reserva para Investimento	19.d	38.981	3.111
				Reserva especial de dividendos	19.e	-	143.000
				Total do patrimônio líquido		48.947	154.417
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.323.794	2.450.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva para investimento	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		8.300	6	-	-	-	172.055	180.361
Aumento de capital	19.b	23.171	-	-	-	-	(23.171)	-
Cisão parcial	19.b	(23.171)	-	-	-	-	-	(23.171)
Constituição de reservas	19.e	-	-	-	5.884	143.000	(148.884)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.773)	(2.773)
Compensação do prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.773)	-	2.773	-
Em 31 de dezembro de 2020		8.300	6	-	3.111	143.000	-	154.417
Pagamento de dividendos	19.e	-	-	-	-	(143.000)	-	(143.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	49.487	49.487
Constituição de reservas	19.d	-	-	1.660	35.870	-	(37.530)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(11.957)	(11.957)
Em 31 de dezembro de 2021		8.300	6	1.660	38.981	-	-	48.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Kalunga S.A. ("Kalunga" ou "Companhia") possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 222 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (223 lojas em 31 de dezembro de 2020). Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social de Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias. Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **COVID-19** A Companhia continua monitorando o andamento da pandemia de COVID-19 e seus impactos nas operações. A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 durante 2020 que continuam válidas até o momento, incluindo: (i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia do COVID-19; (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia; (iii) otimização do estoque do CD Clientes, que efetua todo o atendimento das vendas dos canais virtuais em quantidade julgada suficiente para fazer frente ao crescimento desse segmento, e eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento; (iv) alinhamento com prestadores de serviços de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;(v)reforço do número de colaboradores tanto do CD Clientes, quanto do SAC e do atendimento virtual, através de realocação de colaboradores de outras áreas; (vi) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes, principalmente para os colaboradores que fazem parte do grupo de risco (maiores de 60 anos, gestantes, diabetes e hipertensos, dentre outros); (vii) negociações individuais com seus colaboradores, para aplicação de reduções de jornada, inicialmente com a MP 936/20, e posteriormente com a MP 1.045/21, até agosto de 2021; (viii) em função da pandemia do COVID-19, vários Estados proporcionaram programas de parcelamento de ICMS. A Companhia aderiu a esses programas em quase todos os Estados (menos em São Paulo), solicitando o parcelamento dos pagamentos de ICMS de competência de março, abril e maio de 2020. O retorno das atividades presenciais em 2021, após um período longo de restrições em 2020, refletiu positiva e diretamente nas operações da Companhia. Quando comparado o exercício findo em 31 dezembro de 2021 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 13,6%, sendo justamente as lojas físicas que apresentaram um melhor desempenho, com um aumento de 19,0%. Por outro lado, o canal de digital apresentou diminuição de 4,1%, refletindo o retorno dos clientes às lojas físicas, mas ainda se manteve acima de 20% da receita líquida total da Companhia, representando 20,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia conseguiu expandir a margem bruta de 34,5% em 31 de dezembro de 2020 para 36,0% em 31 de dezembro de 2021. Houve ainda o acréscimo, já líquido de impostos, no valor de R\$ 20.156 relativos a créditos de PIS / COFINS descritos na nota explicativa 9 (ii). Todos esses fatores contribuíram para recuperação do resultado apresentado no exercício anterior, de R\$ 2.773 de prejuízo líquido para um lucro líquido de R\$ 49.487, apurado no exercício findo em 2021. Seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/20, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo: (i) **Perdas estimadas do contas a receber** A partir de 20 de março de 2020, por determinações governamentais, a Companhia teve suas operações negativamente afetadas pelo COVID-19, dado que foi obrigada a cumprir com o fechamento das lojas físicas. Por conta disso, ainda que a Administração da Companhia não tenha feito alterações nas práticas comerciais, acabou ocorrendo uma migração das vendas das lojas físicas para os canais digitais, sobretudo o e-commerce. Em decorrência desta migração, a Companhia acabou apesar de tomar todas as medidas aplicáveis, incluindo a utilização de diferentes serviços de verificação de dados e de proteção contra fraudes, sendo alvo de fraudes em compras efetuadas com cartões de crédito em que os detentores não reconheciam a transação. Em 2021, decorrente da redução das fraudes acima citadas, a Administração prezando pelas melhores práticas, estimou o percentual de perdas sobre o faturamento nos canais digitais, através de cartões de crédito, em 0,77% (0,95% em 2020), o qual é utilizado como métrica para constituição e/ou manutenção da provisão para perda de crédito esperada. Adicionalmente, a Administração da Companhia, percebendo que o recrudescimento da pandemia manteria por mais tempo os efeitos adversos do COVID-19 sobre a economia brasileira e as empresas em geral, manteve seu monitoramento intensivo sobre os recebimentos de faturas e inadimplência de recebíveis. Desta forma, percebe-se que ainda que fosse esperada uma piora no índice de atraso, a ação efetiva da Administração da Companhia durante a pandemia mitigou esse risco. Os percentuais de recuperação históricos da Kalunga para as diferentes faixas de Vencidos e A Vencer – Faturado continuaram servindo de base para o cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos. Como resultado desse monitoramento intensivo, a Companhia manteve os níveis de provisão para perdas com recebíveis. Em relação ao total do contas a receber de clientes, a provisão em 31 de dezembro de 2021 equivale a 1,8% (1,1% em 31 de dezembro de 2020). O aumento percentual é decorrência do saldo de antecipações de recebíveis de R\$ 32.097, existente em 31 de dezembro de 2021 que não havia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. (ii) **Valor de recuperação dos estoques** Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. Como pode ser constatado na demonstração do resultado do exercício, a margem bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando comparado a 31 de dezembro de 2020, aumentou em 1,5 ponto percentual, de 34,5% para 36,0%. (iii) **Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente** O cenário atual de taxa básica de juros indica um aumento gradual da taxa de juros. Conforme Reunião do COPOM de 07 e 08 de dezembro de 2021, a Selic nesse ano ficou definida em 9,25% a.a., enquanto a taxa acumulada em 12 meses em 31 de dezembro de 2020 foi de 2,75%. Como consequência desse cenário e considerando as taxas de antecipação de recebíveis praticadas recentemente, a Companhia revisou as taxas de juros utilizadas para desconto a valor presente em 31 de dezembro de 2021, que resultaram num aumento quando comparadas com 31 de dezembro de 2020, como segue:

	2021	2020
Taxa de juros – AVP Clientes	0,99% am	0,40%am
Taxa de juros – AVP Fornecedores	1,26% am	0,52%am
Taxa de juros – AVP Arrendamentos	0,64% am	0,40%am

(iv) **Realização de imposto de renda diferido ativo** Refere-se basicamente ao imposto incidente sobre adições temporárias, normais a atividade da Companhia. Não foi observada nenhuma evidência que possa afetar a sua realização. (v) **Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso** Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos. (vi) **Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19** Como resultado dessa revisão, a Companhia identificou ajustes relacionados aos benefícios recebidos de arrendadores no valor de R\$ 11.726 (Nota 12). (R\$ 27.780 em 31 de dezembro de 2020). **Aquisição da Spiral** Em 29 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato de compra e venda de quotas e outras avengas, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia (em conjunto com os "Vendedores") para a aquisição de 100% das quotas da Spiral do Brasil Ltda. ("Spiral"), no valor total de R\$ 106.250. O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito detido pela Kalunga contra os Vendedores, na

forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada. A conclusão de referida transação até 31 de dezembro de 2021 ainda não havia ocorrido e está sujeita à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e de realização de oferta pública inicial de ações, ocasião em que a Kalunga passará à condição de acionista controladora da Spiral. **2. Base de elaboração** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Em consonância com a Deliberação CVM N 557, de 12 de novembro de 2008, a Companhia na condição de companhia aberta apresenta as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, segundo o CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou passivo circulante líquido de R\$ 241.068 (R\$ 72.780 em 31 de dezembro de 2020) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A Administração da Companhia ressalta que o prazo médio de recebimento de clientes é de 18 dias em 31 de dezembro de 2021 (30 dias em 31 de dezembro de 2020) enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 232 dias em 31 de dezembro de 2021 (270 dias em 31 de dezembro de 2020). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Em decorrência do cenário de pandemia do COVID 19, a Administração ajustou as operações visando: i) os cuidados necessários com a saúde dos funcionários; ii) a preservação de caixa; iii) o fechamento de certas lojas físicas; e iv) a aceleração de migração de vendas dos canais físicos para os canais digitais. A Companhia apresenta um patrimônio líquido de R\$ 48.947 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 154.417 em 31 de dezembro de 2020), sendo sua redução decorrente da distribuição de dividendos aos acionistas. Apesar da extensão do cenário de pandemia da COVID-19 no exercício de 2021, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 49.487 que comparado aos R\$ 2.773 de prejuízo apurado em 2020, representa um aumento de 1.884,5%. Em relação a geração de caixa operacional, a Companhia apresentou um caixa positivo de R\$ 306.619 em 2021 que comparado aos R\$ 117.845 gerados em 2020, representando um aumento de 160%. A estratégia de crescimento da Companhia permanece baseada na expansão dos pontos de vendas no território nacional, sobretudo canalizando sua atuação em locais em que ainda está pouco presente. Continuam os estudos e desenvolvimento de atividades alternativas, principalmente focando nos canais digitais e *"Ominichannel"* da operação, com o desenvolvimento de novas ferramentas e formas de atendimento ao cliente, como por exemplo o *store pick-up* e o *shipping from store*. Adicionalmente, a Administração identifica boas possibilidades para a expansão de unidades de Copy & Print dentro das lojas Kalunga, que em 2021 gerou receita líquida de R\$ 2.611 (R\$ 1.914 em 2020), mesmo com o impacto da pandemia do COVID-19. Analisando o desempenho do crescimento da Companhia, a Administração acredita muito no *Online Partner Store*, em que a Companhia faz parcerias exclusivas com alguns de seus fornecedores para efetuar a gestão e operação de seus e-commerces. Desde sua inauguração no quarto trimestre de 2019, este serviço vem apresentando resultados significativos. As vendas brutas com Online Partner Store foram de R\$ 72 milhões em 2021, aumento de 81% em relação ao exercício anterior (R\$ 42 milhões em 2020). A Companhia, como em anos anteriores, tem utilizado os recursos de instituições financeiras de grande porte no mercado nacional. As linhas de crédito mais utilizadas são: capital de giro (garantidos por aval dos acionistas e recebíveis) e antecipações de recebíveis (cartões). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Devido a arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2022. **3. Políticas contábeis. 3.1 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação, são valorizados pelo custo amortizado e acréscimos de rendimentos auferidos até a data de reporte e sujeitos a risco insignificante de desvalorização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2 Contas a receber de clientes** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia, classificados no ativo circulante, uma vez que são recebíveis de curto prazo. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor líquido de realização, ajustado a valor presente, e compreendem basicamente as operações com cartões de crédito e vendas a prazo. Para as vendas com cartões de crédito, o risco de inadimplência é das administradoras de cartões de crédito. Sobre as vendas com cartão de crédito a Companhia reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente (*chargeback*), para os demais recebíveis a Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperada conforme a normativa aplicável. **3.3 Estoques** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ajustado a valor presente e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda, bem como determinados tributos sobre as vendas, deduzidos de acordos comerciais recebidas de fornecedores. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem negativa, quando aplicável, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. **3.4 Acordos comerciais** Acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares, são apresentados como redutores do custo das compras e, portanto, a parcela de produtos

Demonstrações dos resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2021	2020
Receita líquida	21	2.054.498	1.809.199
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados		(1.314.553)	(1.184.529)
Lucro bruto		739.945	624.670
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	22	(517.148)	(468.877)
Gerais e administrativas	23	(67.408)	(61.877)
Outras receitas, líquidas	24	20.166	1.011
		(564.390)	(529.743)
Lucro operacional		175.555	94.927
Despesas financeiras	25	(171.730)	(146.387)
Receitas financeiras	25	67.248	48.816
Resultado financeiro	25	(104.482)	(97.571)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		71.073	(2.644)
Corrente	26	(22.442)	(8.134)
Diferido	26	856	8.005
Imposto de renda e contribuição social	26	(21.586)	(129)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		49.487	(2.773)
Quantidade de ações do capital social	27	500.000.000	500.000.000
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (expresso em Reais)	27	0,0990	(0,0055)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Demonstrações dos resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		49.487	(2.773)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		49.487	(2.773)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de dezembro de 2021 e 2020			
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		71.073	(2.644)
Ajuste para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos tributos com o fluxo de caixa:			
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	9.2 e 24	(23.116)	-
Depreciação e amortização		117.401	102.254
Perda na alienação ou baixa de ativo imobilizado e ativo por direito de uso		7.039	275
Provisão para perdas de crédito esperada de contas a receber	7	1.780	2.398
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	(210)	817
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques		969	(120)
Juros sobre empréstimos para partes relacionadas	25	(38.486)	(28.669)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	25 e 28.3	73	460
Juros de empréstimos e financiamentos	25 e 28.3	57.286	39.178
Juros de passivos de arrendamento	12	62.062	61.354
Descontos obtidos em arrendamentos	12	(11.726)	(27.780)
Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores		(4.569)	6.864
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(347)	862
Outros		(7.581)	(3.579)
		231.648	151.670

Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	46.162	41.533
Estoques	(48.206)	77.493
Impostos a recuperar	34.839	17.971
Outros ativos	(2.802)	426
Depósitos judiciais	(10.112)	(1.183)
Adiantamentos a partes relacionadas	(29.897)	(27.686)
Fornecedores	91.026	(147.566)
Obrigações trabalhistas	3.983	(1.028)
Obrigações fiscais	(3.948)	19.974
Receita diferida	(72)	(1.462)
Pagamento de processos cíveis e trabalhistas	(936)	(770)
Outros passivos	(1.579)	(3.393)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(8.134)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	310.106	117.845

Atividades de investimentos		
Empréstimos concedidos para partes relacionadas, líquido de recebimentos	(56.468)	(43.387)
Aplicações Financeiras	(3.487)	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	(15.392)
Aquisição de ativos intangíveis		(414)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(75.761)	(64.382)

Atividades de financiamentos		
Empréstimos captados de partes relacionadas, líquido de pagamentos	28	24.170
Pagamentos de passivo de arrendamento	28	(118.078)
Captação de empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos de transação	28	54.875
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	28	(55.354)
Amortização de empréstimos e financiamentos	28	(196.427)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(290.814)	(122.841)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(56.469)	40.622
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		72.670
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		16.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).		
5. Caixa e equivalentes de caixa		
	2021	2020
Caixa e bancos	9.730	25.455
Aplicações financeiras	6.471	47.215
	16.201	72.670
O saldo de aplicações financeiras é composto substancialmente por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), de liquidez imediata, em bancos de primeira linha e que rendem entre 98% a 102% (103% em 2020) da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).		
6. Aplicações Financeiras O saldo de R\$ 3.487 refere-se as aplicações em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) com vencimentos em novembro e dezembro de 2022, com rendimentos entre 98% e 100% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).		
7. Contas a receber		
	2021	2020
Cartões de crédito e débito de terceiros (i)	51.402	104.094
Duplicatas a receber (ii)	21.953	18.554
Carteira digital / Marketplace	2.128	-
Outros créditos - representados por notas de débitos e outros	3.321	3.159
Vendas à vista de lojas (a ser depositado)	2.377	3.262
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.482)	(1.322)
	79.699	127.747
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.405)	(1.351)
	78.294	126.396
(i) As operações com cartões de crédito de terceiros podem ser pagas em até 10 parcelas sem juros e sem encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de cartões de terceiros é de R\$ 83.499 (R\$ 104.094 em 31 de dezembro de 2020) e o saldo de antecipações de cartões é de R\$ 32.097 (zero em 31 de dezembro de 2020). (ii) As vendas a prazo para pessoa jurídica são realizadas por meio de emissão de duplicatas podendo ser pagas em até três parcelas, sem incidência de encargos financeiros.		
Composição por prazo de vencimento dos recebíveis:		
	2021	2020
A vencer	77.778	125.766
Vencidos até 30 dias	968	1.031
Vencidos de 31 até 60 dias	126	254
Vencidos de 61 até 90 dias	81	71
Vencidos de 91 até 360 dias	249	435
Vencidos acima de 360 dias	497	190
	79.699	127.747
A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está conforme abaixo:		
	2021	2020
Saldo inicial	(1.351)	(3.247)
(+) Constituição de provisão	(1.780)	(2.398)
(-) Baixa por perda efetiva do contas a receber	1.726	4.294
Saldo final	(1.405)	(1.351)
Qualidade de créditos. Parte substancial das vendas é realizada por meio de cartões de crédito de diversas bandeiras. A Companhia considera baixo o risco de crédito e adota como política baixar diretamente para o resultado os créditos vencidos para os quais foram esgotados todos os procedimentos de tentativa de recuperação. Foi constituída provisão para perda de crédito esperada, baseada na média histórica de perdas, sendo apurada com base em estudos conjuntos do setor financeiro e do setor contábil da Companhia. Assim a Companhia concluiu que o risco de perdas é equivalente a 1,8% em 31 de dezembro de 2021 (1,01% em 31 de dezembro de 2020) sobre o total das contas a receber líquido de antecipações de cartões. A Administração da Companhia julga que os saldos de provisão são suficientes para cobrir perdas esperadas. Ajuste a valor presente. O valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 12,5% ao ano (4,9% em 31 de dezembro de 2020), que seria aplicada pela tesouraria da Companhia, caso ocorressem antecipações dos recebíveis com as instituições financeiras.		
8. Estoques		
	2021	2020
Mercadorias para revenda		
nos centros de distribuição	202.605	189.823
nas lojas	306.034	269.367
Acordos comerciais	(12.826)	(11.583)
Ajuste a valor presente (AVP)	(6.469)	(2.784)
Provisão para obsolescência	(1.330)	(361)
	488.014	444.462
O valor presente das compras de produtos, não vendidos em 2021 foi calculado considerando a taxa de 1,26% ao mês, (0,40% em 2020) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.		
9. Impostos a recuperar		
	2021	2020
Créditos de ICMS-ST a recuperar (i)	340.099	333.980
ICMS-ST a recuperar - operações correntes (saldo credor)	2.315	2.200
Créditos de PIS/COFINS a recuperar (ii)	236.006	253.421
PIS/COFINS a recuperar	16.093	10.322
Antecipação IRPJ/CSLL	595	19.164
PIS/COFINS a recuperar – aquisição de imobilizado	2.288	3.557
Total	597.396	622.464
Circulante	480.219	467.058
Não circulante	117.177	155.586

(i) ICMS substituição tributária A partir de 10 de abril de 2008, conforme Decretos Estaduais nº 52.847 e nº 52.942, vários produtos comercializados passaram a ser tributados observando o regime de substituição tributária. O valor do ICMS pago antecipadamente (incluso nas notas fiscais dos fornecedores) é contabilizado em rubrica específica do ativo, sendo levado a resultado na conta "Impostos incidentes sobre vendas" quando do faturamento pela venda dos respectivos produtos. Para as saídas interestaduais o imposto começou a ser recuperado em julho de 2011. Até 31 de dezembro de 2021, o montante recuperado no exercício foi de R\$ 147.056 (R\$ 118.671 em 31 de dezembro de 2020), conforme legislação específica. Os valores relativos à ICMS-ST são utilizados apenas após a obtenção do código "hash", informado pela SEFAZ, e preferencialmente para pagamento a fornecedores. (ii) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS A Companhia possui duas ações ajuizadas discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, conforme segue: Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, já foi obtida decisão judicial favorável definitiva, transitada em julgado em 28/02/2019, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos de PIS e de COFINS, no período de 28/11/2002 até 31/12/2014; neste caso vale ressaltar que apesar do Manda-		
b) Transações com partes relacionadas		
	2021	
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution
Compras de produtos para revenda	174.855	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-
Despesas com tecnologia	-	13.095
Total despesas com vendas e administrativas	-	13.095
Receitas financeiras – mútuo	3.877	-
Despesas financeiras	-	(73)
Total resultado financeiro	3.877	(73)
	2020	
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution
Compras de produtos para revenda	180.532	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-
Despesas com tecnologia	-	12.204
Total despesas com vendas e administrativas	-	12.204
Receitas financeiras – mútuo	1.724	-
Despesas financeiras	-	-
Total resultado financeiro	1.724	-
c) Relacionamentos com partes relacionadas: As partes relacionadas listadas nos quadros anteriores correspondem a entidades controladas pelos (ou sob influência dos) acionistas controladores da Kalunga. A Companhia não possui vínculos societários com estas entidades, seja como investida ou investidora. • Spiral do Brasil Ltda. – fornecedor de produtos fabricados e importados para revenda. A Kalunga proporciona suporte financeiro através de adiantamentos e mútuos de curto prazo ("conta corrente") para esta empresa. Além disso a Kalunga possui financiamentos feitos pela Spiral conforme detalhado no item (iii) anterior; • Blantys Participações Ltda. – a Companhia não realiza transações operacionais com essa parte relacionada, proporcionando apenas suporte financeiro através de mútuos; • Ka Solution Tecnologia – parte relacionada que realiza a atividade de desenvolvimento de TI da Companhia; • DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. – locadora do imóvel da Companhia; além da locação, a Companhia eventualmente proporciona suporte financeiro através de contratos de mútuos; • Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. – locadora do imóvel da loja situada no bairro de Sacomã (São Paulo). As condições e preços das transações		

	2021					
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	174.855	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	721	1.084	-	-
Despesas com tecnologia	-	13.095	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	13.095	721	1.084	-	-
Receitas financeiras – mútuo	3.877	-	-	-	34.122	487
Despesas financeiras	-	-	(73)	-	-	-
Total resultado financeiro	3.877	-	(73)	-	34.122	487
	2020					
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	180.532	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	675	903	-	-
Despesas com tecnologia	-	12.204	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	12.204	675	903	-	-
Receitas financeiras – mútuo	1.724	-	-	-	26.650	295
Despesas financeiras	-	-	(460)	-	-	-
Total resultado financeiro	1.724	-	(460)	-	26.650	295
d) Relacionamentos com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é avalista da Spiral: (i) Em contratos de FINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 13,2 milhões, com vencimentos entre janeiro de 2022 e maio de 2022 (R\$ 15,4 milhões em 31 de dezembro de 2020); (ii) Em cartas						
	2021	2020				
Remuneração e encargos	7.604	820				
Benefícios	919	264				
Total	8.523	1.084				

	2021	2020							
13. Imobilizado									
	Imobilizado Terrenos	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de informática	Empilhadeiras	Móveis e Utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros
Saldos em 31/12/2019	20.781	65.785	57.602	4.934	3.995	6.072	6.063	126	5.024
Custo total	20.781	147.105	99.978	23.785	6.511	11.472	9.152	159	7.715
Depreciação acumulada	-	(81.320)	(42.376)	(18.851)	(2.516)	(5.400)	(3.089)	(33)	(2.691)
Valor contábil, líquido	20.781	65.785	57.602	4.934	3.995	6.072	6.063	126	5.024
Aquisição	-	9.907	5.557	1.532	90	1.586	-	-	14
Baixas	-	(312)	-	-	-	-	-	-	(78)
Depreciação	-	(15.839)	(8.499)	(2.195)	(486)	(970)	(353)	(8)	(780)

do haver sido ajuizado em 2010, a sentença judicial considerou que os valores foram recolhidos indevidamente desde 2002, porque já havia sido o período apresentado em juízo um Protesto Interruptivo de Prescrição em 2007. Como o Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100 teve trânsito em julgado de forma definitiva em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia reconheceu em 2019 créditos totais de PIS/COFINS no montante total de R\$ 257.607 sendo R\$ 142.391 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R\$ 115.216 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras. A Administração identificou riscos de recuperabilidade sobre os créditos que foram reduzidos em R\$ 15.767. Estes créditos potenciais foram avaliados como ativo contingente e, portanto, não registrados. Para este crédito potencial complementar, a Administração está preparando documentação suporte para o pedido de habilitação junto às autoridades fiscais. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia protocolou o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100). Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, foi concedida a medida liminar (em 15/12/2017) para autorizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, tendo este provimento sido confirmado em sentença proferida em 14/02/2019. Com esteio nessas decisões, foi efetuada a referida exclusão do ICMS, da seguinte forma: (i) por meio de reconhecimento de créditos extemporâneos, em relação ao ano de 2018, e (ii) diretamente na apuração, a partir de 2019. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF decidiu que a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS é válida a partir de 15/03/2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Especial (RE) 574.706. Diante deste evento, a Companhia efetuou o registro contábil dos créditos do PIS / COFINS, para o período compreendido entre 1º de abril e 31 de dezembro de 2017, no montante atualizado de R\$ 28.015, atualizado pela Taxa SELIC conforme item (i) da decisão, e não registrou ainda os possíveis créditos relativos ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017. O registro do crédito teve como contrapartida R\$ 23.116 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R\$ 4.899 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras. Em 4 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento do Recurso de Apelação da Fazenda Nacional, tendo o Tribunal decidido pela: (i) manutenção da sentença na parte em que garantiu o direito das empresas de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, incluído o ICMS-ST; e (ii) aplicação da modulação dos efeitos definida no julgamento de repercussão geral firmado pelo STF, de modo a não reconhecer o direito de as empresas reaverem os valores indevidamente pagos no período entre a vigência da Lei nº 12.973/2014 e 03/2017 (que foi a data do primeiro julgamento do STF). Especificamente com relação ao item (ii) da decisão acima mencionada, baseada na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia decidiu apresentar os competentes recursos, especialmente visando discutir a questão da modulação, de modo que não seja restringido o seu direito no mencionado período. Após o registro inicial, estes créditos tributários continuam sendo atualizados com base à SELIC, sendo que no exercício de 2021 foram registrados R\$ 8.917 como resultados financeiros (R\$ 3.579 em 31 de dezembro de 2020). Os efeitos tributários incidentes sobre os créditos (principal) foram registrados em mesma data como imposto diferido passivo. Portanto o saldo apresentado na rubrica PIS/COFINS a recuperar, está assim composto:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	257.332	
Reconhecimento de créditos de transações de 2020	35.665	
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial) referentes ao Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	3.579	
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(43.155)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	253.421	
Reconhecimento de crédito de transações de 2021	37.150	
Reconhecimento de crédito extemporâneo do período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2017	23.116	
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)	8.917	
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(86.598)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	236.006	
O efeito dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100 descritos na movimentação da conta acima foram registrados através da redução do valor da própria despesa na rubrica "PIS e COFINS sobre vendas", redutora das vendas brutas.		
10. Partes relacionadas		
a) Saldos com partes relacionadas		
	2021	2020
Ativo não circulante		
Adiantamentos e conta corrente		
Spiral do Brasil Ltda. (i)	63.185	29.410
Contratos de mútuo		
Acionistas controladores (ii)	439.134	492.086
Blantys Participações Ltda. (ii)	6.507	5.478
	508.826	526.974
Passivo circulante		
Fornecedores		
KA Solution – Tecnologia	901	982
Spiral do Brasil Ltda – risco sacado	85.237	94.647
Empréstimos com partes relacionadas		
Spiral do Brasil Ltda. (iii)	103.003	82.833
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. (iv)	4.073	-
	107.076	82.833
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	736	690
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	1.272	950
	195.222	180.102

Passivo não circulante		
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	4.295	4.712
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	7.099	6.254
	11.394	10.966
(i) Refere-se a adiantamentos e conta corrente com parte relacionada permitindo a importação e produção de materiais comercializados pela Companhia. A conta corrente é sujeita à encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2021 ficou entre 0,38% e 1,17% ao mês (entre 0,38% e 0,65% em 2020), sem vencimento predeterminado. (ii) Refere-se a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2021 ficou entre 0,38% e 1,17% ao mês (entre 0,38% e 0,65% em 2020), sem vencimento predeterminado. (iii) Até 2021 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas ao longo dos anos, nos exercícios subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras foram transferidos para a Kalunga, que registrou a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Companhia com características de financiamento e consequentemente apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa. A Spiral não cobra juros ou encargos sobre essas transações com a Kalunga, sendo os vencimentos em 30 de março e 11 de junho de 2022. (iv) Refere-se a contrato de mútuo, no valor de R\$ 4.000, firmado em 10 de novembro de 2021, cujo encargo financeiro corresponde a taxa média ponderada da captação de empréstimos contratados pelo mutuante junto a seus credores e o vencimento em 09 de novembro de 2026.		

de crédito para importação com o Banco Bradesco S.A., com vencimentos entre janeiro de 2022 e maio de 2022, no valor de R\$ 13,7 milhões (R\$ 5,1 milhões em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 0,3 milhões com o Santander do Brasil S/A. com vencimento maio de 2022; e (iii) Em célula de crédito bancário junto ao Banco Itaú, no valor de R\$ 8,8 milhões, (R\$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2020) com vencimentos mensais e sucessivos de janeiro de 2022 a novembro de 2024.

11. Depósitos judiciais		
	2021	2020
Processos tributários - PIS/COFINS (i)	9.937	8.803
Processos tributários – IRPJ/CSLL (ii)	6.171	-
Processos trabalhistas	499	636
Processos cíveis	689	621
Processos tributários - ICMS DIFAL (iii)	3.223	-
	20.519	10.060

(i) Refere-se majoritariamente ao depósito em juízo dos valores de créditos de PIS e COFINS tomados sobre as despesas consideradas insumos (taxa de cartões, material de embalagens, despesas com telefones e depreciação de máquinas e equipamentos) referentes ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015 para mitigar possíveis efeitos do auto de infração descrito na Nota 18, e a partir de então a Administração não reconheceu tais créditos. (ii) A partir do segundo trimestre de 2021, a Companhia passou a depositar em juízo os montantes relativos à tributação do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS sobre a atualização monetária dos créditos extemporâneos oriundos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 18). A partir de setembro de 2021, baseado no julgamento do leading case RE nº 1.063.187/SC realizado no STF, no caso da incidência do IRPJ e CSLL, os depósitos judiciais não foram mais efetuados. (iii) Trata-se de questionamento judicial da legalidade da exigência do Diferencial de Alíquota de ICMS ("DIFAL") pelas Unidades da Federação ("UFs") nas vendas interestaduais de mercadorias destinadas a consumidores finais não contribuintes do ICMS ("Serviços"). A partir da decisão do STF sobre os embargos de declaração dos estados da federação, passaram a ser efetuados depósitos judiciais a partir da competência setembro de 2021.

12. Arrendamentos		
	Direito de uso	Passivo de Arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2020	502.961	(542.831)
Novos contratos	12.106	(11.937)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	78.094	(78.094)
Baixa de contratos	(17.509)	19.156
Amortização de direito de uso	(86.711)	-
Juros apropriados no exercício	-	(62.062)
Descontos obtidos COVID-19	-	11.726
Pagamentos de arrendamentos	-	119.056
Saldos em 31 de dezembro de 2021	488.941	544.986
Circulante	-	(82.264)
Não circulante	488.941	(462.722)
Direito de uso, líquidos de amortização	485.821	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.120	-
Total	488.941	-

Saldos em 31 de dezembro de 2019	514.393	(533.148)
Novos contratos	21.785	(21.785)
Provisão de desmantelamento de lojas - componente do Direito de uso	163	-
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	47.806	(47.806)
Baixa de contratos	(2.685)	2.800
Amortização de direito de uso	(78.501)	-
Juros apropriados no exercício	-	(61.354)
Descontos obtidos COVID-19	-	27.780
Pagamentos de arrendamentos	-	90.682
Saldos em 31 de dezembro de 2020	502.961	(542.831)
Circulante	-	(64.181)
Não circulante	502.961	(478.650)
Direito de uso, líquidos de amortização	499.387	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.574	-
Total	502.961	-

O direito de uso inclui os

	Imobilizado Terrenos	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de informática	Empilhadeiras	Móveis e Utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Cisão parcial	(20.781)	-	-	-	-	-	-	-	(1.918)	(472)	(23.171)
Transferências	-	-	274	-	-	1	-	-	-	(275)	-
Saldos em 31/12/2020	-	59.541	54.934	4.271	3.599	6.689	5.710	118	2.262	742	137.866
Custo total	-	148.090	105.809	25.317	6.601	13.060	8.951	159	3.685	742	312.414
Depreciação acumulada	-	(88.549)	(50.875)	(21.046)	(3.002)	(6.371)	(3.241)	(41)	(1.423)	-	(174.548)
Valor contábil, líquido	-	59.541	54.934	4.271	3.599	6.689	5.710	118	2.262	742	137.866
Aquisição	-	5.288	7.681	704	233	326	704	-	5	451	15.392
Baixas	-	(9.483)	-	-	-	-	(208)	-	-	-	(9.691)
Depreciação	-	(15.303)	(9.724)	(2.093)	(504)	(1.082)	(468)	(8)	(356)	-	(29.538)
Transferências	-	-	17	-	-	290	-	-	-	(307)	-
Saldos em 31/12/2021	-	40.043	52.908	2.882	3.328	6.223	5.738	110	1.911	886	114.029
Custo total	-	143.895	113.507	26.021	6.834	13.676	9.447	159	3.690	886	318.115
Depreciação acumulada	-	(103.852)	(60.599)	(23.139)	(3.506)	(7.453)	(3.709)	(49)	(1.779)	-	(204.086)
Valor contábil, líquido	-	40.043	52.908	2.882	3.328	6.223	5.738	110	1.911	886	114.029

A Companhia não identificou indícios que indicassem potencial não recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 2.635 (R\$ 3.885 em 31 de dezembro de 2020), relativos aos bens do ativo imobilizado foram dados em garantias dos empréstimos e financiamentos.

	2021	2020
Fornecedores nacionais - terceiros	719.038	619.884
Fornecedores nacionais - risco sacado com terceiros (i)	3.847	2.565
Fornecedores nacionais - risco sacado com partes relacionadas (i)	85.237	94.647
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.289)	(5.875)
	793.833	711.221

O ajuste a valor presente para 31 de dezembro de 2021 foi calculado considerando a taxa de 1,26% ao mês (0,52% a.m. em 31 de dezembro de 2020) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização. (i) A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado”. Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram antecipados R\$ 20.512 pelos fornecedores terceiros que geraram uma receita de comissão à Companhia de R\$ 606 (em 2020 foram antecipados R\$ 18.961 e a receita foi de R\$ 1.450), registrada como receita financeira, líquida do custo de captação e impostos incidentes.

15. Empréstimos e financiamentos				
Modalidade	Juros	Vencimento	2021	2020
Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Varição do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 2,10% a 3,95% a.a.	Ago/2025	686.677	824.642
Compropr (financiamento de compras)	Varição do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,19% ao ano.	Jun/2021	-	357
Outros financiamentos	Juros fixos de 10,1% a 12,4% a.a	Nov/2024	1.695	2.993
			688.372	827.992
Circulante			229.896	244.779
Não circulante			458.476	583.213

Composição do não circulante, por ano de vencimento:

Ano	2021	2020
2022	-	148.676
2023	193.851	174.309
2024	165.855	161.302
2025	98.770	98.926
	458.476	583.213

Os contratos não possuem cláusulas restritivas. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada na Nota 28.3. **a. Garantias:** Em garantia dos contratos de capital de giro e Compror, foram concedidas cédulas de crédito bancário avalizadas pelos acionistas controladores e mais recebíveis de cartões de crédito em 13% a 30% do saldo devedor do empréstimo (dependendo da instituição financeira) e, a critério do credor, caso o saldo de garantia de recebíveis não atenda aos limites contratados, a instituição financeira tem o direito a retenção de recebíveis até os limites de garantias estipuladas, nos períodos apresentados os limites de garantias foram atendidas, bem como, requerer a alocação de certa quantia em aplicação financeira na própria instituição financeira. Já nos contratos outros financiamentos, as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos acionistas controladores.

16. Obrigações fiscais	2021	2020
IRRF a recolher	1.850	1.460
ISS de terceiros a recolher	68	81
CSLL, PIS, COFINS e IOF a recolher	2.035	275
Impostos sobre vendas e serviços a recolher	17.943	15.958
Total de impostos a pagar	21.896	17.774
Parcelamento PIS/COFINS - PERT	15.186	22.866
Total de obrigações fiscais	37.082	40.640
Circulante	28.515	26.142
Não circulante	8.567	14.498

Em setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para pagamento de auto de infração, relativo a créditos de PIS/COFINS, relativos ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Com a adesão, a multa aplicada foi reduzida em 40% e os juros em 80%, sendo parcelado em 150 parcelas mensais e consecutivas, vencida a primeira em 30/09/2017 e a última em 31 de janeiro de 2030. A partir de então, a Companhia deixou de tomar determinados créditos, porém ajuizou ação contra a Receita Federal do Brasil - RFB com o objetivo de recuperá-los. Com objetivo de minimizar os efeitos de possíveis novos autos de infração em relação as operações do ano de 2016 e parte do ano de 2017 foram efetuados depósitos judiciais. A seguir demonstramos a movimentação do parcelamento de tributos:

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2019	8.026
Novos parcelamentos	21.790
Atualização monetária	547
Pagamentos realizados	(7.497)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2020	22.866
Novos parcelamentos (i)	1.260
Atualização monetária	390
Pagamentos realizados	(9.330)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2021	15.186
Circulante	6.619
Não circulante	8.567

(i) Em 25 de março de 2021, a Companhia aderiu ao parcelamento do auto de infração referente ao não recolhimento de ICMS para operações de saída no Distrito Federal.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:	2021	2020
2022	-	6.164
2023	3.473	3.396
2024	849	823
2025	849	823
2026	849	823
2027	849	823
2028	849	823
2029	849	823
	8.567	14.498

17. Receita diferida	2021	2020
Garantia estendida e seguros para roubo, furto e quebra accidental (i)	1.932	1.988
Adiantamentos recebidos (ii)	107	123
	2.039	2.111

(i) O seguro de garantia estendida tem como objeto garantir ao segurado (cliente da Kalunga) a reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de evento amparado pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas do seguro de garantia, a Kalunga é remunerada entre 50% a 70% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro de garantia estendida, registrando tal recebimento na rubrica “Receita diferida”. Findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela seguradora (até o quinto dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica “Venda de serviços”. A Companhia iniciou em 2019 também a comercialização de seguro para roubo, furto e quebra accidental, o qual garante ao segurado (cliente da Kalunga) a indenização, reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de sinistros amparados pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas desta modalidade, a Kalunga é remunerada em 49% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro contra roubo, furto e quebra accidental, registrando tal recebimento na rubrica “Receita diferida”. As apurações têm frequência em regime mensal, e findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela Seguradora (até o décimo dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica “Venda de serviços”. (ii) Trata-se de adiantamentos recebidos para publicações de propagandas na Revista Kalunga.

18. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
a) Provisões para perdas prováveis.
Foram constituídas provisões sobre as causas que os assessores jurídicos consideram

como perda provável, demonstradas a seguir:

	2021	2020
Trabalhistas	1.455	2.479
Cíveis	623	531
Tributárias	6.556	6.770
	8.634	9.780

Contingências trabalhistas: As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores, requerendo indenizações e verbas previdenciárias incorporadas. **Contingências cíveis:** As causas cíveis referem-se a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor. **Contingências tributárias:** As causas tributárias referem-se a créditos de PIS / COFINS, tomados de janeiro de 2017 a setembro de 2020, que poderão ser questionados pela autoridade competente. A Companhia está avaliando em conjunto com sua assessoria tributária a alternativa mais adequada para mitigação do risco envolvido. A movimentação das provisões para perdas prováveis está demonstrada abaixo:

Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
1.999	863	6.871	9.733
Provisão (reversão)	731	187	(101)
Pagamentos	(251)	(519)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.479	531	6.770
Provisão (reversão)	(548)	552	(214)
Pagamentos	(476)	(460)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.455	623	6.556

b) Contingências avaliadas como perda possível, portanto, não provisionadas. Os processos judiciais de risco de perda possível, estão apresentados abaixo por natureza:

Natureza	2021	2020
Cível	1.250	84
Trabalhista	7.388	2.669
Tributário	16.639	126.329
	25.277	129.082

Os valores relacionados a causas tributárias em 31 de dezembro de 2021 se referem substancialmente a: I) Auto de infração lavrado durante o exercício de 2017 sobre créditos de PIS e COFINS tomados pela Companhia no montante de R\$ 5.921 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.250 em 31 de dezembro de 2020); e II) A Companhia, até 30 de junho de 2021, amparada na posição de seus assessores jurídicos, não adicionou a atualização monetária dos créditos extemporâneos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 9), na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nem na base de tributação de PIS e COFINS. Os assessores jurídicos avaliaram até essa data que, em caso de autuação, o risco de perda é possível. A partir de setembro de 2021, baseado no julgamento do *leading case* RE nº 1.063.187/SC realizado no STF, os assessores jurídicos da Companhia passaram a classificar o risco de perda como remoto, no caso da incidência do IRPJ e CSLL, e mantêm como possível o risco de perda relativo à incidência de PIS / COFINS, sobre as atualizações monetárias na repetição de indébitos, no montante de R\$ 8.047 (R\$ 104.548 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 97.074 de IR / CS e R\$ 7.474 de PIS / COFINS).

19. Patrimônio líquido
(a) Capital social Em 31 de dezembro de 2021 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.300, representado por 500.000.000 ações ordinárias (idem em 31 de dezembro de 2020), sendo 50% detido por cada um dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal (idem em 31 de dezembro de 2020). **(b) Alterações societárias** Em 1º de setembro de 2020, foi efetuado um aumento de capital pelos sócios quotistas no montante de R\$ 23.171, através de parte do saldo de lucros acumulados. Foi mantida a participação de 50% detido por cada um dos sócios quotistas. Conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada a cisão parcial de acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R\$ 23.171, e está representado em sua integralidade por bens do ativo imobilizado (Nota 13). Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias. **(c) Reserva legal** Conforme artigo 193 da Lei 6.404/76 e 28 do Estatuto Social, do lucro líquido do exercício apurado, deduzidos os prejuízos acumulados e qualquer provisão de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, serão destinados 5%, no mínimo, do saldo remanescente para a constituição de reserva legal, no limite, em que o saldo desta reserva não supere 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.660. **(d) Reserva para investimento** Conforme artigo 28 §3º do Estatuto Social, após a constituição da reserva legal e observada a distribuição mínima obrigatória de dividendos, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Administração, destinar o lucro líquido remanescente para constituição de reserva para investimento, a qual, tem a finalidade de assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. O saldo desta reserva não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, o capital social. Em 31 de dezembro de 2021 foram constituídos R\$ 35.870 de reserva de investimento, encerrando o exercício social com um saldo de R\$ 38.981. As reservas de lucros, a de investimentos mais a reserva legal descrita no “c”, ultrapassam o capital social, em desacordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76. (Com relação a esse assunto vide Nota Explicativa 32 - Eventos subsequentes). **(e) Reserva especial de dividendos** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2021, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$ 143.000 com base na reserva especial de dividendos. O valor dos dividendos aprovados foi liquidado através de compensação com o saldo devedor de mútuo mantido com os acionistas controladores (Nota 10). **(f) Dividendos mínimos obrigatórios** Em consonância com artigo 202 da Lei 6.404/76 e artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foram destinados R\$ 11.957 para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. **(g) Custos com emissão de ações** Conforme descrito na Nota 1, em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria “A” na CVM, visando uma captação de recursos financeiros através de oferta pública inicial de ações (IPO). Conforme requerido pelo CPC 08 (R1), os custos de transação incorridos até 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 3.638, foram mantidos em conta transitória como pagamento antecipado no grupo de outros ativos circulantes. Caso o IPO seja concretizado, esse montante será baixado contra uma conta redutora de patrimônio líquido como custos de emissão de ações. Caso a Companhia desista do IPO, então esse montante será baixado como despesa no resultado do exercício corrente.

20. Gestão de capital Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Companhia, a Administração pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumarizados:

	2021	2020
(+) Empréstimos e financiamentos	688.372	827.992
(-) Aplicação financeira	(3.487)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.201)	(72.670)
(=) Dívida líquida	668.684	755.322
(+) Total do patrimônio líquido	48.947	154.417
(=) Total do capital	717.631	909.739
Índice de alavancagem financeira - %	93,18	83,03

21. Receita líquida
A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Vendas brutas de produtos	2.766.729	2.426.693
Venda de serviços	11.141	9.982
Ajuste a valor presente (AVP)	(19.057)	(13.153)
Devoluções	(50.838)	(45.663)
ICMS sobre vendas	(441.758)	(382.745)
PIS e COFINS sobre vendas	(211.184)	(185.434)
ISSQN sobre vendas de serviços	(535)	(481)
Receita líquida	2.054.498	1.809.199

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	2021	2020
Lojas físicas	1.639.130	1.377.067
Canal digital	412.757	430.218
Copy & Print	2.611	1.914
	2.054.498	1.809.199

22. Despesas com vendas	2021	2020
Salários e encargos sociais	(213.357)	(185.171)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(78.761)	(72.140)
Depreciação e amortização	(28.504)	(27.655)
Taxa de cartão de crédito	(33.501)	(27.319)
Propaganda e publicidade	(31.043)	(29.401)
Aluguéis (ii)	(22.299)	(1.478)
Energia elétrica, água e telefone	(24.395)	(19.579)
Fretes com vendas	(17.963)	(25.736)
Imposto predial e taxas de funcionamento	(13.928)	(13.379)

Despesas com manutenção	(6.443)	(7.892)
Despesas com ICMS/ICMS Difal	(16.273)	(17.671)
Serviços de terceiros	(10.849)	(7.706)
Materiais de embalagem	(5.487)	(5.575)
Impressos e material de escritório	(3.487)	(2.809)
Royalties	(2.344)	(3.602)
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(1.780)	(2.398)
Quebra de caixa	(320)	(175)
Pró-labore	-	(270)
Outras despesas	(6.414)	(18.921)
	(517.148)	(468.877)

(i) Esse montante compreende R\$ 86.711 de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (R\$ 78.501 em 2020), líquido de R\$ 7.950 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos (R\$ 6.361 em 2020). (ii) Esse montante contempla o desconto de R\$ 11.726 obtido dos arrendadores devido ao COVID-19 (R\$ 27.780 em 2020).

23. Despesas gerais e administrativas	2021	2020
Serviços de terceiros	(27.780)	(28.557)
Salários e encargos sociais	(28.204)	(21.915)
Provisão (reversão) de contingências e despesas de indenizações	210	(174)
Manutenção	(676)	(1.376)
Depreciação e amortização	(2.517)	(2.459)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(644)	(429)
Energia elétrica, água e telefone	(421)	(448)
Aluguéis	(197)	(243)
Pró-labore	(5.400)	(270)
Legais e tributárias	(191)	(884)
Outras despesas	(1.588)	(5.122)
	(67.408)	(61.877)

(i)Esse montante compreende R\$ 710 (R\$ 473 em 2020) de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (Nota 12), líquido de R\$ 66 (R\$ 44 em 2020) de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos.

24. Outras receitas operacionais, líquidas	2021	2020
Crédito extemporâneo – PIS e COFINS (i)	23.116	-
Outras receitas e despesas	(2.950)	1.011
	20.166	1.011

(i) A Companhia reconheceu em 2021 créditos de PIS/COFINS pela exclusão do ICMS da base de cálculo referente ao período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2017. Tal reconhecimento foi decorrente da decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorrida em 13 de maio de 2021 ratificando a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS a partir de 15 de março de 2017. O montante total foi de R\$28.015 mil, sendo R\$23.116 de valores de principal e R\$4.899 de receita financeira pela atualização monetária registrado como receitas financeiras. Vide Nota 9.

25. Resultado financeiro	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento (ii)	(59.619)	(59.813)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(57.286)	(39.178)
Juros s/ empréstimos c/ partes relacionadas	(73)	(460)
Despesas bancárias	(2.844)	(5.533)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(38.881)	(34.083)
Outros	(13.027)	(7.320)
	(171.730)	(146.387)

volatilidade dessas taxas. Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve as oscilações que podem gerar ganhos ou perdas para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada. Apesar da revogação da Instrução CVM nº 475/08, entendemos que a apresentação dos percentuais de deterioração de 25% e 50% continuam sendo úteis para entendimento da sensibilidade envolvida nos instrumentos financeiros da Companhia. A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021:

	Risco	2021	Taxa	Resultado Financeiro		
				Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	6.471	CDI	302	226	152
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	3.487	CDI	400	300	201
Partes relacionadas	Redução do CDI	508.826	CDI	59.075	44.306	29.538
	Subtotal	518.784		59.777	44.832	29.891
Passivos:						
Empréstimos e financiamentos, capital de giro e Compro (*	Alta do CDI	688.802	CDI	(79.970)	(99.963)	(119.955)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	15.186	Selic	(1.405)	(1.756)	(2.108)
	Subtotal	703.988		(81.375)	(101.719)	(122.063)
	Total	185.204		(21.598)	(56.887)	(92.172)

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de dezembro de 2021 (11,61% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 03 de dezembro de 2021 (9,25% a.a.). (*) Valor bruto dos custos de amortizar de captações de recursos de terceiros

(b) Risco de crédito A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, o qual atualmente não é significativo, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito, onde o risco de crédito é substancialmente com as administradoras de cartões. Para caixa e equivalentes de caixa, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de

primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico. **(c) Risco de liquidez** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido de R\$ 229.111 (R\$ 72.780 em 31 de dezembro de 2020). O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com terceiros e com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	793.833	-	-	-	793.833
Passivo de arrendamento	82.264	394.326	68.396	-	544.986
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	107.076	107.076
Empréstimos e financiamentos	229.896	193.851	264.625	-	688.372
Total	1.105.993	588.177	333.021	107.076	2.134.267

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	711.221	-	-	-	711.221
Passivo de arrendamento	64.181	303.176	175.474	-	542.831
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	82.833	82.833
Empréstimos e financiamentos	244.779	583.213	-	-	827.992
Total	1.020.181	886.389	175.474	82.833	2.164.877

(d) Instrumentos derivativos A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco. Em 31 de dezembro de 2021 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

28.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Hierarquia Valor Justo	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	16.201	72.670
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 2	78.294	126.396
Aplicação financeira	Custo amortizado	Nível 2	3.487	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	508.826	526.974
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	20.519	10.060
			627.327	736.100
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	793.833	711.221
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	688.372	827.992
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	544.986	542.831
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	107.076	82.833
			2.134.267	2.164.877

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

28.3 Mudanças dos passivos financeiros nas atividades de financiamento

	2021					
	Em 31 de dezembro de 2020	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos
Passivo de arrendamento	542.831	(56.017)	(62.061)	69.897	62.062	(11.726)
Empréstimos e financiamentos	827.992	(196.427)	(55.354)	54.875	57.286	-
Empréstimos com partes relacionadas	82.833	(232.344)	-	256.514	73	-
	1.453.656	(484.788)	(117.415)	381.286	119.421	(11.726)
	2020					
	Em 31 de dezembro de 2019	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos
Passivo de arrendamento	533.148	(32.706)	(57.976)	66.791	61.354	(27.780)
Empréstimos e financiamentos	643.360	(128.660)	(63.428)	337.542	39.178	-
Empréstimos com partes relacionadas	149.986	(401.504)	(875)	334.766	460	-
	1.326.494	(562.870)	(122.279)	739.099	100.992	(27.780)

29. Pagamento baseado em ações Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020 foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas. A Administração do plano e outorga de opções caberá ao Conselho de Administração. Até 31 de dezembro de 2021, não foram outorgadas opções e não houve, consequentemente, nenhum registro contábil desse plano.

30. Transações que não afetam caixa As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	2021	2020
Abatimento de dividendos distribuídos do mútuo a receber de partes relacionadas	143.000	-
Arrendamentos contratados durante o exercício e provisão de desmantelamento	11.652	21.948
Remensuração de arrendamentos	79.227	47.806
Descontos obtidos no pagamento de arrendamento	11.726	27.780
Baixa de contratos de arrendamento	1.485	115
Aumento de capital com lucros acumulados	-	23.171
Cisão parcial de ativo imobilizado	-	(23.171)
Compensação de IR e CS correntes com saldo de pagamentos a maior em 2020	10.789	-
Compensação de IR e CS correntes com créditos de PIS e COFINS	8.967	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	11.957	-

31. Seguros contratados Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém cobertura de seguros para o ativo imobilizado, estoques e despesas fixas de um ano, como a seguir indicados, para cobrir os riscos de eventuais sinistros: (a) Estabelecimentos comerciais (lojas) - incêndio, raio, explosão e outros eventos da natureza, no montante total de R\$ 716.056 (R\$ 719.507 em 31 de dezembro de 2020), com um limite máximo garantido de R\$ 98.100 (R\$ 95.000 em 31 de dezembro de 2020); Centros de Distribuição no montante total de R\$ 263.080 (R\$ 314.317 em 31 de dezembro de 2020), com um limite máximo garantido de R\$ 225.302 (R\$ 245.100 em 31 de dezembro de 2020); (b) Demais riscos, incluindo responsabilidade civil, nos montantes máximos de R\$ 5.500 (R\$ 3.167 em 31 de dezembro de 2020); (c) Seguro aeronáutico no montante limite de US\$ 13 milhões de dólares americanos (idem em 31 de dezembro de 2020), equivalentes a R\$ 72.547 (R\$ 67.557 em 31 de dezembro de 2020); (d) Responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O) com um limite máximo garantido de R\$ 60.000 (R\$ 80.000 em 31 de dezembro de 2020); e (d) Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética (CyberEdge) com um limite máximo garantido de R\$ 1.000.

32. Eventos subsequentes Em atendimento ao artigo 202 da Lei 6.404/76, e ao artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foi registrado no encerramento do exercício social o valor de R\$ 11.957 relativos à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, e R\$ 35.870 relativos a Reserva para Investimentos, conforme descrito na nota explicativa 19 – Patrimônio Líquido. Com o objetivo de reforçar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria Executiva propôs e foi acatado pelo Conselho de Administração, que os valores relativos ao dividendo mínimo obrigatório e a reserva de investimentos, que totalizam R\$ 47.827, sejam utilizados para aumento do Capital Social, elevando o mesmo de R\$ 8.300 para R\$ 56.127. Esta proposta está sujeita à deliberação dos acionistas na próxima Assembleia Geral a ser convocada.

Conselho da Administração
Paulo Sérgio Menezes Garcia – Presidente do Conselho de Administração Emerson Piovezan – Vice-Presidente do Conselho de Administração José Roberto Menezes Garcia Antonio Maurício Maurano German Pasquale Quiroga Vilardo
Diretoria
José Roberto Menezes Garcia – Diretor-Presidente Felipe de Albuquerque Campos – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores Hoslei Amauri Touro Pimenta – Diretor CONTADOR Jovino Domingues Vieira CRC-SP: 1SP 128.133/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Kalunga S.A. - São Paulo - SP.

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Kalunga S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão de ICMS da base de cálculo** Conforme divulgado na nota explicativa 8, a Companhia obteve decisão judicial de trânsito em julgado garantindo-lhe o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, referentes ao período de 28 de novembro de 2002 a 31 de julho de 2014, incluindo a correção devida. Tal trânsito em julgado ocorreu em 29 de fevereiro de 2019, e está em linha com o apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 15 de março de 2017, data que foi fixada a tese de recuperção geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706. Consequentemente, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram mensurados considerando julgamentos, interpretações e premissas da administração, e outras informações conforme a documentação que suportam os créditos. Adicionalmente, em 2021 a Companhia reconheceu os créditos do PIS e COFINS, decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo, para o período compreendido entre 1º de abril de 2017 e 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 28.015 mil, incluindo a correção devida, levando em consideração a decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorrida em 13 de maio de 2021 ratificando a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS a partir de 15 de março de 2017. O processo de cálculo de tais créditos envolveu um número relevante de operações, bem como julgamentos relevantes da administração sobre as modalidades de ICMS que deram origem aos créditos tributários reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2021 o valor dos créditos de PIS e COFINS a recuperar era de R\$ 236.006 mil. Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido a magnitude dos valores envolvidos e do julgamento aplicado na mensuração das estimativas utilizadas por parte da administração na elaboração das projeções para realização desses créditos, as quais podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas que não estão sob o controle da Companhia. **Como a nossa auditoria conduziu esse assunto** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar a avaliar os impactos fiscais envolvidos; a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia; a avaliação da integridade das bases utilizadas para apuração dos créditos; a interpretação da administração dos termos e condições da sentença prolatada e a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela administração nos cálculos para determinação dos créditos tributários e sua realização futura e a adequação das divulgações na nota explicativa 8 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados na mensuração dos créditos tributários e na expectativa de realização destes créditos, assim como as divulgações incluídas na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Carmen Lucia Chulek Carone
Contador CRC-PR 054044/O-7

